

Diário Notícias

07-01-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 882

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8



ORLANDO ALMEIDA/GLOBAL IMAGENS

Passos Coelho nega “ciclo vicioso” na economia e pressões ao Tribunal Constitucional irritam CDS

ORÇAMENTO Depois de ouvir cantar as ‘Janeiras’, o primeiro-ministro respondeu ontem à mensagem de Cavaco Silva sem a nomear. No CDS, critica-se as palavras de governante. “Não é preciso carregar nas tintas”, diz Pires de Lima. **POLÍTICA** PÁGS. 8 E 9

Ameaças ao Constitucional incomodam o CDS-PP

Orçamento. No partido de Paulo Portas as palavras do secretário de Estado do Orçamento foram consideradas contraproducentes. "Não é preciso carregar nas tintas", avisa Pires de Lima



A relação do partido de Paulo Portas com as Finanças começou a azedar em Setembro, com a questão da taxa social única

JOÃO PEDRO HENRIQUES

Caíram mal no CDS-PP as declarações do secretário de Estado do Orçamento, Luís Morais Sarmento, sobre a eventualidade de o Tribunal Constitucional chumbar o OE 2013 – e que constituíram uma objetiva pressão sobre os juízes, aliás já criticada na oposição.

Em declarações ao DN, diversos dirigentes centristas assumiram o incómodo, considerando as declarações do governante como "contraproducentes" e até em contradição com a estratégia definida pela cúpula do Executivo, aguardando decisão em silêncio.

Em causa está o facto de Morais Sarmento ter dito à Rádio Renascença que "a consequência para o país" de um chumbo do OE 2013 pelos juízes do Constitucional "pode ser o incumprimento do programa a que estamos obrigados e cujo cumprimento tem garantido o nosso financiamento".

António Pires de Lima, presi-

dente da mesa do Conselho Nacional do CDS-PP, assumiu ao DN, embora em modo suave, um juízo crítico das declarações do secretário de Estado. "Não é preciso carregar nas tintas. Aguardemos calmamente."

No entender do dirigente centrista, "para já não se conhece a decisão do TC" e portanto tudo o que se deve fazer é "aguardar com tranquilidade". "O PSD e o CDS

aceitam com naturalidade a decisão do Presidente da República [de suscitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade do OE]", acrescentou, dizendo ainda não ver da parte de Cavaco Silva "nenhuma vontade de criar uma crise política". E, além do mais, o de-

creto seria sempre sujeito ao escrutínio do TC – se não fosse pelo Presidente seria pelos deputados. "O Governo tem de aceitar a decisão do Presidente", reforçou o dirigente centrista.

No CDS as declarações deste secretário de Estado de Vítor Gaspar são vistas como própria de um

técnico pouco dado a raciocínios políticos. Ou seja, alguém que está verdadeiramente preocupado com as consequências da decisão do TC – ignorando 'subtilezas' da política como o princípio da separação de poderes, que deve inibir os políticos de comentar decisões judiciais, sobretudo quando estas estão em processo de ser tomadas. O próprio Pires de Lima assume, em declarações ao DN, que um

"chumbo" radical do OE 2013 no TC terá "sérias consequências políticas e financeiras".

Governo envia pareceres ao TC

Na entrevista à RR, Luís Morais Sarmento deu ainda outra novidade. Desta vez, ao contrário do que aconteceu no OE 2012, "o Governo apresentará os seus argumentos ao Tribunal Constitucional, quando for caso disso", em defesa do

decreto orçamental. E um direito de contraditório que lhe assiste – mas que normalmente o Executivo não usa. José Sócrates fez-o uma vez, em 2006, em defesa da Lei de Finanças Locais – enviando pareceres de José Casalta Nabais, Manuel Porto, Lobo Xavier, Eduardo Paz Ferreira e Saldanha Sanches – e foi acusado de estar a pressionar ilegalmente os juízes do Tribunal Constitucional.

Verba sob análise do TC passa hoje de dois mil milhões para o dobro

REQUERIMENTO Deputados comunistas, bloquistas e ecologistas entregam pedido de fiscalização do OE 2013 hoje no Tribunal Constitucional

O âmbito da análise do Tribunal Constitucional (TC) ao OE 2013 vai ser hoje substancialmente alargado. Isto por via da iniciativa de deputados de PCP, BE e PEV, que entregarão no Palácio Ratton mais um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do de-

creto – o decreto, depois dos pedidos já enviados pelo Presidente da República e por deputados do PS.

TC também analisa IRS

As matérias já incluídas nos pedidos do PR e do PS – suspensão do pagamento do subsídio de férias dos funcionários públicos e dos pensionistas e aumento da carga fiscal sobre os pensionistas –, comunistas, bloquistas e 'Verdes' adicionarão outras, como os novos escalões do IRS e a nova sobretaxa de 3,5% criada tam-

bém no âmbito deste imposto.

Com esta iniciativa, estará em causa na análise do TC uma verba que rondará, no total, os 4100 milhões de euros: 1500 milhões quanto à suspensão do pagamento do subsídio de férias dos funcionários públicos e dos pensionistas; 421 milhões na "contribuição extraordinária" imposta aos reformistas (que poderá ir até aos 40%, no caso das pensões acima de 7400 milhões de euros); e por fim 2180 milhões nas normas relativas ao IRS. J.P.H.

DITO

“O Governo está plenamente convencido de que o Orçamento do Estado não enferma de inconstitucionalidades”

“O Governo apresentará os seus argumentos ao Tribunal Constitucional quando for caso disso. [Em 2012 não o fez] e desta vez será diferente”

“A declaração de inconstitucionalidade tem consequências, mas parece-me que a consequência principal não é nem para o Governo nem para o Tribunal Constitucional”

“A primeira consequência que nós temos de pensar é qual é a consequência para o País. A consequência para o País, do meu ponto de vista, pode ser o incumprimento do programa a que estamos obrigados e cujo cumprimento tem garantido o nosso financiamento”

“Se não distribuirmos este sacrifício por todas as gerações, parece-me que nomeadamente os mais ativos e produtivos decidirão sair do País”

LUÍS MORAIS SARMENTO
SEC. DE ESTADO DO ORÇAMENTO